

Populismo: o cansaço das massas

A subida recente nos inquéritos de opinião (e nos próprios resultados nas urnas) dos partidos anti-europeus, reavivou o interesse pelo populismo, uma etiqueta que também se aplica a movimentos sociais tão diferentes como o Tea Party, o 15M, o Movimento 5 Estrelas ou vários dirigentes da América Latina. Mas para lá do fervor popular que despertam nas ruas, não é fácil saber o que define hoje o populismo.

Quando se fala de populismo, tende-se a associá-lo a uma miscelânea de ideias com conotações variadas: liderança carismática, demagogia, proximidade às pessoas, simplismo, protesto contra as elites, antieuropeísmo, procura de uma democracia real, assistencialismo, rejeição dos grandes partidos, xenofobia...

O primeiro-ministro húngaro Viktor Orbán, por exemplo, é considerado populista por motivos diversos: porque é um líder com carisma (vai no seu terceiro mandato); porque defende uma Hungria com uma identidade forte dentro da UE; porque a nova Constituição protege a vida e a família; porque impulsionou descontos nas faturas energéticas das famílias...

Às vezes, nem sequer existe acordo se o que designa a etiqueta “populista” é um elogio ou um insulto: o que, para alguns, é governo pelo povo e para o povo, para outros, é oportunismo eleitoral; onde uns veem mais participação democrática, outros acusam falta de respeito pela lei e pelas instituições...

Há os que pensam ser a relação direta do governante com as massas, alimento da troca de favores. Outros, pelo contrário, defendem que a identificação com o líder é precisamente o que favorece a integração das massas no processo democrático. “Sem essa forma de identificação com o líder, as massas não estariam a participar dentro do sistema político e este estaria nas mãos de elites que substituiriam a vontade popular”, segundo Ernesto Laclau, um dos principais teóricos do populismo.

Mas, em que medida o governo dos especialistas é menos democrático do que o de um líder que toma todas as decisões pelo povo? Com esta perspetiva, entende-se que nem todos os populismos têm a mesma legitimidade democrática, por

muito que um governante se mantenha no poder graças à sua popularidade.

Nem de esquerda nem de direita

O populismo não repara em cores políticas: existe à esquerda e à direita. Na América Latina, por exemplo, fala-se do “neopopulismo” e do “populismo neoliberal” de Carlos Menem na Argentina e de Alberto Fujimori no Peru, para os diferenciar dos populismos clássicos que optaram por nacionalizar: o peronismo (de Juan Perón) na Argentina, o cardenismo (de Lázaro Cárdenas) no México, ou o varguismo (de Getúlio Vargas) no Brasil.

Mas nem sequer dentro de uma mesma tendência política, o populismo é monocolor. Como explica Fernando Henrique Cardoso, ex-presidente do Brasil, sob a bandeira da esquerda podem defender-se causas diversas. Enquanto Hugo Chávez fez do antiamericanismo a principal identidade aglutinadora, Evo Morales apresenta-se como o defensor dos ameríndios.

A liderança carismática associada aos populismos também admite diferentes possibilidades. Pode-se ser um político de toda a vida, como o austríaco Jörg Haider, envolvido na política desde os 20 anos; um *outsider*, como o cómico italiano Beppe Grillo, líder do Movimento 5 Estrelas; ou até ambas as coisas conforme o caso (por exemplo, quando Nicolás Maduro, como o seu predecessor Chávez, se apresenta acossado por conspirações dos EUA). Mas também é possível construir um movimento popular sem líderes destacados, como nos casos do Tea Party (EUA), do Occupy Wall Street (EUA) ou do 15M (Espanha).

De “extrema direita” são classificados, por princípio, os partidos contrários à União Europeia: a Frente Nacional, de Marine Le Pen, em França; o UKIP, de Nigel Farage, na Grã-Bretanha; o Partido da Liberdade, de Geert Wilders, na Holanda; o Aurora Dourada, na Grécia; o Partido Popular Dinamarquês; os Democratas Suecos, os Verdadeiros Finlandeses...

Mas a diferença esquerda/direita empalidece perante o sentimento de perda de identidade que partilham estes populismos: culpa-se a UE de roubar aos eleito-rados

nacionais decisões essenciais, como as relativas à economia ou à imigração, explica o jornalista e escritor Andrés Ortega.

Também Araceli Mangas, catedrática de Direito Internacional Público e Relações Internacionais, vê no nacionalismo um traço comum dos populismos contrários à União Europeia, que “reclamam um regresso à soberania nacional, a decidir por si próprios, a não partilhar um projeto político com os vizinhos europeus”.

Contudo, entre os partidos eurocéticos houve sempre categorias. E, assim, enquanto que alguns protestam contra as políticas de austeridade promovidas por Bruxelas, outros queixam-se pelos seus países terem de suportar outros países em tempos de vacas magras. “Por que motivo têm os austríacos, os alemães e os holandeses de pagar constantemente o poço sem fundo dos países do sul da Europa?”, protestava em 2012, Heinz-Christian Strache, líder do Partido Liberal Austríaco (FPÖ).

O povo e os seus inimigos

Muitas vezes, o populismo recorre à retórica “oprimidos contra opressores”, para terminar por oferecer a sua particular promessa de salvação. Para esse discurso se voltou com entusiasmo a nova onda de líderes populistas latino-americanos como Andrés Manuel López Obrador, ex-presidente do município da cidade do México, Distrito Federal e hoje dirigente do Movimiento de Regeneración Nacional (Morena), o presidente venezuelano Nicolás Maduro, o boliviano Evo Morales, o nicaraguense Daniel Ortega ou o equatoriano Rafael Correa.

Outro exemplo de populismo baseado no conflito é o que exibiram Hillary Clinton e Barack Obama durante as primárias democratas de 2008. No Texas e no Ohio, dois grandes estados golpeados pela crise, prometeram eliminar os cortes de impostos dos rendimentos elevados para financiar os seguros de saúde. “Vamos tirar do bolso dos ricos os 55.000 milhões de dólares que lhes ofereceram os republicanos”, disse Clinton. E Obama aproveitou, além disso, para se voltar contra os ganhos dos executivos em época de cortes: “Os ricos atuaram como bandidos”.

Mas a relação do populismo com as elites não é nada clara. Existe um populismo contra a intervenção estatal, a favor do governo limitado, da responsabilidade fiscal e do livre mercado (Tea Party); e um populismo *anti-establishment*, que se ergue contra o sistema e as suas instituições políticas e financeiras (15-M, Occupy Wall Street, Movimento 5 Estrelas...). Mas também abunda o populismo assistencial, que procura alargar ao máximo os benefícios sociais oferecidos pelo Estado Providência.

Populistas são – por demagógicas – as acusações que fazem os democratas de Obama contra os republicanos de

empreenderem uma “guerra contra as mulheres”. E populista também é, pelo mesmo motivo, a “guerra contra o terrorismo” que pregaram os republicanos de Bush Jr. Uns e outros agitam sentimentos e medos profundos para atrair o favor popular às suas políticas mais controversas, seja o apoio ao aborto, ou à guerra do Iraque.

Aproximar a política da rua

Como se vê, o populismo é um fenómeno com muitas facetas. Alguns traços diferenciadores têm que ver com a retórica utilizada, o tipo de liderança ou o estilo de governo, mais do que com as propostas ideológicas concretas. Além disso, os populismos revelam quase sempre uma situação de cansaço social, motivada por factos variados e agravada pela sensação de que o cidadão médio não conta para os governantes.

Tomemos, por exemplo, a característica da liderança carismática. Se o líder populista conseguiu conectar-se com as massas e estabelecer com elas uma relação especial é porque, de algum modo e apesar de todos os seus excessos, é encarado como alguém capaz de compreender os problemas do povo. E pelo inverso: porque as alternativas políticas continuam sem proporcionar o calor que as massas pedem.

Não é por acaso que a América Latina, terra fértil em populismos, esteja a fornecer também alguns dos dirigentes políticos que melhor usam o Twitter: quatro dos dez líderes mundiais mais seguidos em 2013 foram latino-americanos: Cristina Fernández de Kirchner (Argentina), Enrique Peña Nieto (México), Dilma Rousseff (Brasil) e Juan Manuel Santos (Colômbia).

Segundo explicaram alguns especialistas à RTVE (Espanha), parte do sucesso destes líderes está no estilo próximo, que inclui anedotas pessoais, propostas de cidadania e capacidade de reação rápida perante os temas que são tendência. Legislar com base em *trending topics* é uma forma de tirania da maioria, mas seria errado tachar de populismo qualquer tentativa que se faça para aproximar a política da rua.

Populismos em face do pensamento único

Muito menos se pode classificar de contrários ao sistema, todos os que pedem mais democracia real. Não se deve confundir o núcleo duro do 15M – cuja tendência de voto não é muito representativa da sociedade espanhola – com os que se juntaram aos seus primeiros chamamentos nas diferentes cidades espanholas para protestar contra o desemprego, as duras condições sobre as hipotecas, o bipartidarismo *de facto* PSOE-PP...

E se uma parte crescente dos cidadãos europeus considera que as instituições da UE não a representa, dever-se-á perguntar o que há de verdade nessa impressão. De pouco serve, por exemplo, apresentar a figura da iniciativa cidadã europeia como a festa da participação democrática, se a seguir conta muito pouco a vontade dos 1,7 milhões de europeus que assinaram a “One of Us”, em defesa do embrião humano.

Também é demagógico classificar de “racista e xenófoba” qualquer tentativa de regulamentar a imigração. Aqui, novamente, haverá que parar para escutar, para discernir entre os debates legítimos e os que não o são. Neste sentido, é acertado o esforço da Comissão Europeia para desmontar com dados, o chavão sobre o “turismo de prestações”.

Às elites de esquerda incomoda o caráter conservador de alguns movimentos populistas. Com efeito, uma coisa é que as massas exijam a passagem de um estado de coisas para outro mais justo, e outra deixar que alguns políticos que se encontram de passagem, alterem de alto a baixo instituições tão arraigadas na vida do povo, como o casamento e a família.

Esta forma de pensar – mudança social, mas com tradições que se consideram valiosas – é um curto-circuito para a mente das elites refinadas. E a verdade é que os populismos, por vezes, são mais complexos do que pensam os seus críticos, pois refletem a variedade de um povo que não se deixa espalhar facilmente em moldes pré-fabricados.

“O mundo dos intelectuais não é o mundo da grande maioria”, afirma o historiador canadiano, Larry Gambone. “As pessoas comuns não partilham a sua visão racionalista, niilista, sem raízes nem tradição, nem muito menos o seu estilo de vida”. O que leva a pensar que algumas ideias são “impopulares” nos meios de comunicação social, porque assim o decretaram as elites, e não por falta de apoio popular.

Se é verdade que os populismos revelam muitas vezes a indignação e o cansaço social, não parece realista aspirar calá-los com grandes doses de indiferença olímpica, nem encará-los de modo ligeiro, como se fossem estúpidos ou “ultras” desesperados.

J. M.

Os prémios astronómicos e nem sempre justificados

O debate sobre as compensações económicas dos dirigentes continua candente após anos de fechos de empresas e descalabros económicos de particulares. O que se premeia realmente, com as compensações variáveis, se existe um salário mensal e outros pagamentos extra? Será ético ganhar

algo mais pela gestão, quando há despedimentos ou os objetivos não foram alcançados? Torna-se difícil deslindar se, mesmo que cumprindo as expectativas, um bom resultado empresarial corresponde somente aos dirigentes ou ao conjunto dos trabalhadores.

As propostas de medidas para racionalizar as gratificações e os salários no setor financeiro foram-se sucedendo desde a aprovação, no verão, da Directiva de Requerimentos de Capital da qual a Grã-Bretanha recorreu. Londres não aceita limitar os prémios da banca para defender a sua City, onde se concentram 75% dos banqueiros milionários da UE.

Em Espanha, o governo apresentou recentemente um anteprojeto para modificar a Lei de Sociedades de Capital, que inclui algumas recomendações sobre governo empresarial e salários dos administradores, de forma a integrar mais transparência e evitar os problemas de gestão de riscos.

Também a França, numa corrida de última hora, conseguiu avançar com uma nova taxa marginal de 50% (75% com os descontos sociais) sobre a parte salarial superior ao primeiro milhão de euros, embora com a novidade de que será a empresa pagadora – e não o contratado – que se encarregará de a cobrar. A taxa, conhecida como “o imposto dos milionários”, levantou fortes críticas das empresas e clubes profissionais de futebol.

Talvez o mais chamativo tenha sido o caso da Suíça, que aprovou em referendo submeter aos acionistas os salários dos dirigentes e os chamados “para-quedas dourados”, ou blindagens contra os despedimentos. O anúncio de uma indemnização de 58 milhões de euros prometida ao ex-presidente da Novartis, foi a gota que fez transbordar o copo e, embora tenha acabado por renunciar a recebê-la, e tenha havido grande resistência entre a banca e as empresas, a proposta limitativa foi aprovada.

A norma que agora vai ser regulamentada no parlamento helvético – com o apoio de todos os cantões – determina que sejam os acionistas a aprovar as remunerações dos membros do conselho de administração e dos dirigentes. Além disso, as empresas deverão regulamentar e tornar transparentes os prémios e participações, assim como os créditos ou empréstimos, e outras vantagens dos seus chefes dos altos escalões, determinando as suas condições.

Este modelo a favor da intervenção, conhecido pela sua denominação britânica *say on pay*, é o que também prepara o governo espanhol para as empresas cotadas. Prevê-se que a política de remunerações das sociedades cotadas seja votada pela assembleia-geral de acionistas com caráter vinculativo em cada três anos, seja fixado um limite no salário anual dos administradores pela sua condição de chefes empresariais e um limite máximo na remuneração fixa dos executivos.

No entanto, nem tudo é tão transparente no sistema *say on pay*, segundo um estudo publicado por quatro autores das escolas de negócios de Standford e IESE sobre os mitos que foram criados. Embora esteja a ser aplicado em vários países

ocidentais, a eficácia de uma votação não é tão automática como parece quando nas empresas abundam as participações minoritárias. “Apesar dos acionistas de 2.700 empresas norte-americanas terem podido votar em 2011 sobre as remunerações, somente em 41 delas – 1,5% – se conseguiu uma aprovação por maioria; um ano depois, esta percentagem não chegara aos 2%”, asseguram as conclusões da investigação.

Tão-pouco a qualidade do trabalho diretivo fica garantida pelo mero facto de se receber uma remuneração “votada”. “Alguns acionistas críticos pensam que a compensação aos dirigentes não está suficientemente ligada à sua gestão”, por exemplo, quando os lucros para os acionistas não atingem os da média de outras empresas do mesmo setor, salienta o relatório.

Pôr o acento na transparência pode fazer deslocar o debate do essencial, e os acionistas talvez tendam a recusar, por princípio, vantagens adicionais, como o uso de aviões privados ou despedimentos blindados, quando realmente o que deveriam determinar, em primeiro lugar, é se essas remunerações “têm justificação”, se efetivamente o trabalho dos dirigentes traz valor à empresa. Muitas vezes, o valor é conseguido com planos de longo prazo que não se refletem adequadamente nos relatórios contabilísticos de final de um exercício.

As reações também vieram de instituições públicas. O Parlamento britânico insurgiu-se depois de ser conhecido que os 150 executivos despedidos nos últimos três anos na BBC receberam 39 milhões de dólares; em 22 dos casos, a quantia foi maior do que a exigida pelo seu contrato. As explicações dos que dirigiam o serviço público, por brutal que seja a execução de um ajustamento de pessoal, não pareciam convencer ninguém perante números milionários. Conseguir o esquema adequado nas remunerações é essencial para reter o talento e fazer avançar a empresa, mas o complicado é ajustar a quantia.

Em Espanha, os conselhos de administração das principais empresas – as do IBEX 35 – ganharam 268 milhões de euros em 2012, uma subida de 5,6% em relação ao ano anterior, apesar dos lucros terem caído 57%. Os quinze executivos melhor pagos – 5 deles, de grandes bancos – acumularam, no total, 127 milhões de euros. Apesar de se lhes ter cortado a parte variável por não cumprimento de objetivos, as remunerações finais continuaram a ser astronómicas, graças ao que foi pago por alguns despedimentos.

Um estudo mais recente – baseado em inquéritos a 80.000 pessoas com emprego – mostra que, entre 2007 e 2013, o custo de vida em Espanha subiu 13,5%, e os salários mais elevados 16,9%.

Pelo contrário, os dos escalões intermédios cresceram 4,9% e os da maioria dos empregados 8,7%, pelo que perderam poder de compra (“Evolución salarial 2007- 2013. Informe de retribuciones”, Escola de negócios Eada e consultora ICESA).

Compreende-se que a nova regulamentação imposta para a banca na União Europeia exija que, desde 1 de janeiro de 2014, os prémios dos dirigentes nunca ultrapassem a quantia da remuneração fixa; só com autorização da assembleia-geral de acionistas poderão ser maiores, até ao dobro, no máximo. Com estes limites, pretende-se evitar que os banqueiros assumam riscos excessivos no curto prazo, os quais, segundo Bruxelas, estão na origem da crise financeira.

Mas as medidas de controlo pela assembleia-geral de acionistas, que envolvem uma maior vigilância aos executivos, “de pouco servirão se os dirigentes não forem éticos. E não só eles, como também os auditores, os acionistas, os administradores...”, assegura Antonio Argandoña, professor de Economia no IESE e titular da Cátedra “la Caixa” de Responsabilidade Social Empresarial, num comentário sobre os incentivos e a sua relação com os relatórios financeiros de final de ano.

Talvez daí derive parte do descrédito das profissões ligadas a Wall Street, que se reflete na filmografia recente sobre a crise e que motivou que apenas 27% da última geração de licenciados por Harvard se tenha dirigido para o setor financeiro, quando, em 2011, fizeram-no 35% e, em 2008, 40%.

M. A. B.

“Argo”

“Argo”

Realizador: Ben Affleck

Atores: Ben Affleck; John Goodman

Duração: 120 min.

Ano: 2012

Em 1979, milhares de iranianos revoltados invadem a embaixada norte-americana em Teerão. Fazem 44 reféns, abrindo uma crise diplomática. No meio da confusão, 6 funcionários conseguem escapar e vão refugiar-se na casa do embaixador canadiano...

Conseguir retirá-los secretamente do Irão não vai ser fácil, porque não estão envolvidos nas negociações de libertação dos outros reféns. A CIA chama então um dos seus homens mais experientes em salvamento de pessoas *top secret*. Ele elabora uma solução usando o *show business* de Hollywood. É

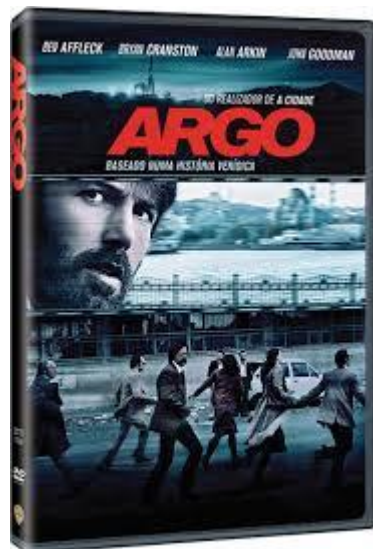
arriscado, mas tão *out of the box*, que faz sentido. Para convencer todos os envolvidos, explica-lhes de modo claro o que está em causa e o que precisa de cada um... A sua proposta é aceite.

Ao chegar a Teerão, tem de convencer os 6 refugiados, mas eles hesitam em confiar nele e arriscar ainda mais as suas vidas. Tudo se altera ao compreenderem que a vida dele também corre perigo ao lá ter ido salvá-los. Ouvem o seu plano. Ele fala um a um com todos. A dada altura, recebe ordens da CIA para desistir. Não obedece e arrisca levar avante o plano. Vai ter com os refugiados e diz-lhes a verdade sem enganar. Isso fortalece o grupo. Cada um cumpre o seu papel... e conseguem escapar!

O filme venceu o Óscar de “melhor filme” de 2011 e merece-o, ao narrar esta história verídica, baseada no valor da “confiança” entre as pessoas.

Para mais informações sobre o filme, pode-se clicar em:

http://www.imdb.com/title/tt1024648/?ref=fn_al_tt_1



Tópicos de análise:

1. Perante uma contrariedade, o líder deve assumir o seu papel.
2. A experiência adquirida potencia a descoberta de soluções.
3. Uma proposta inovadora credibiliza-se ao partir de factos seguros.

Paulo Miguel Martins

Professor da AESE